ISSN: 2358-8829

EXPERIÊNCIA SOCIAL, DESIGUALDADES E JUSTIÇA ESCOLAR: LÓGICAS DE AÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE JOVENS INDÍGENAS DO AMARELÃO NO ACESSO AO IFRN

José Cleyton Neves Lopes [1]
Luana Sobral Hilario [2]

INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais e analisa a experiência escolar de jovens indígenas da comunidade do Amarelão, considerando, de forma articulada, as condições sociais de existência, os processos institucionais e os sentidos atribuídos pelos sujeitos à escolarização. O foco da investigação recai sobre as possibilidades e os limites de acesso ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), compreendido não apenas como uma instituição de ensino, mas como espaço de produção de distinções, expectativas e mobilidade social.

A pesquisa parte do reconhecimento de que a escolarização ocupa posição central nas sociedades contemporâneas, sendo frequentemente associada à ampliação de oportunidades e à promoção da mobilidade social. No entanto, esse princípio convive com a persistência de desigualdades estruturais, territoriais e étnico-raciais, que tensionam a efetividade da equidade de oportunidades e impactam diretamente as trajetórias escolares de grupos socialmente situados em posições de desvantagem. Nesse contexto, coloca-se como problema de pesquisa compreender como jovens indígenas constroem suas experiências escolares em meio a essas condições, articulando expectativas de mobilidade social com os limites impostos por suas realidades concretas.

A investigação mobiliza uma abordagem qualitativa, baseada na produção de dados por meio de questionários e entrevistas compreensivas, o que possibilita apreender a experiência escolar em sua dimensão processual e situada. Tal perspectiva permite evidenciar como os estudantes interpretam, elaboram e negociam suas trajetórias em contextos marcados por heterogeneidade social e institucional, evitando tanto

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, josecleyton@gmal.com;
[2] Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, luanasobral138@yahoo.com.br;

ISSN: 2358-8829

reducionismos estruturalistas quanto abordagens centradas exclusivamente na subjetividade.

Do ponto de vista teórico, o estudo ancora-se na sociologia da experiência de François Dubet, que compreende a ação social como resultado da articulação entre diferentes lógicas – integração, estratégia e subjetivação – que coexistem de forma não necessariamente coerente. Essa abordagem possibilita analisar a escola como um espaço complexo de produção de experiências, no qual se entrelaçam mecanismos de socialização, estratégias individuais e processos de reconhecimento, evidenciando as tensões constitutivas das trajetórias escolares em contextos periféricos.

Assim, ao deslocar o foco da análise para a experiência vivida, o artigo busca compreender como as trajetórias escolares dos jovens indígenas do Amarelão são socialmente produzidas e, simultaneamente, interpretadas pelos próprios sujeitos. Ao articular empiria e teoria, pretende-se contribuir para o debate sobre as diferentes desigualdades e oferecer subsídios analíticos para a formulação de políticas institucionais voltadas ao acesso, à permanência e ao reconhecimento de estudantes indígenas, tendo em vista a construção de uma escola socialmente referenciada e orientada por princípios de justiça social.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, orientada pelo pressuposto de que a compreensão dos fenômenos educacionais exige a apreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Nesse enquadramento, adotou-se uma perspectiva interpretativa, voltada à análise das trajetórias escolares a partir das narrativas dos estudantes, entendidas como construções sociais situadas, atravessadas por condicionantes estruturais e pela agência dos atores.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo de caráter descritivo-analítico, com ênfase na compreensão da experiência escolar em um contexto específico. O campo empírico corresponde à comunidade indígena do Amarelão, tendo como *locus* de investigação a Escola Municipal Indígena local. Os sujeitos da pesquisa são estudantes do 9º ano do ensino fundamental, selecionados por se encontrarem em etapa decisiva de transição escolar, especialmente no que se refere às possibilidades de ingresso no IFRN.

ISSN: 2358-8829

Para a produção dos dados, foram utilizados dois instrumentos complementares. O primeiro consistiu na aplicação de questionários estruturados, com o objetivo de levantar informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, suas trajetórias escolares, expectativas educacionais e conhecimento acerca do IFRN. Esse instrumento permitiu identificar tendências gerais e regularidades empíricas, contribuindo para a construção de um panorama inicial do campo investigado.

O segundo instrumento correspondeu à realização de entrevistas compreensivas semiestruturadas, orientadas pela busca de aprofundamento qualitativo das experiências escolares. As entrevistas possibilitaram explorar dimensões subjetivas, como percepções, expectativas, sentimentos e interpretações dos estudantes acerca da escola, do futuro e das dificuldades enfrentadas. A adoção de um roteiro flexível permitiu captar nuances da experiência social que não emergem em instrumentos padronizados, evidenciando contradições, ambivalências e tensões presentes nas trajetórias dos sujeitos.

No que se refere aos procedimentos de análise, os dados foram tratados à luz da sociologia da experiência de François Dubet, que concebe a ação social como resultante da articulação entre diferentes lógicas – integração, estratégia e subjetivação. A análise envolveu a categorização temática das narrativas, a identificação de padrões recorrentes e a construção de categorias analíticas que expressam as dimensões estruturantes da experiência escolar. Esse procedimento permitiu evidenciar como os estudantes articulam diferentes lógicas de ação na construção de suas trajetórias, bem como as tensões decorrentes das condições sociais e institucionais em que estão inseridos.

Desse modo, a metodologia adotada possibilitou a articulação entre dimensões objetivas e subjetivas da realidade investigada, evitando tanto o reducionismo estrutural quanto o subjetivismo isolado. Ao integrar dados descritivos e narrativas qualitativas, a pesquisa alcança uma compreensão mais ampla e complexa da experiência escolar de jovens indígenas, evidenciando as relações entre desigualdades sociais, funcionamento institucional e produção de sentidos pelos sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme apontado acima, a análise da experiência escolar de jovens indígenas é fundamentada na sociologia da experiência de Dubet, perspectiva que propõe um deslocamento analítico em relação às abordagens clássicas da ação social. Em oposição

ISSN: 2358-8829

às concepções que entendem a sociedade como um sistema integrado e os indivíduos como portadores de papéis previamente definidos, essa abordagem parte do diagnóstico de fragmentação e heterogeneidade das sociedades contemporâneas, nas quais a ação social não pode ser reduzida a uma única lógica explicativa .

Nesse enquadramento, a experiência social é compreendida como uma construção ativa dos sujeitos, resultante da articulação entre diferentes lógicas de ação. Conforme assinala Dubet, "a experiência social é definida pela combinação de várias lógicas de ação" (DUBET, 1994, p. 93). Tal definição implica reconhecer que a unidade da ação não é dada a priori, mas construída reflexivamente pelos indivíduos, que operam em contextos marcados por múltiplas referências normativas e institucionais.

No interior dessa perspectiva, a noção de experiência social permite compreender a ação dos sujeitos como resultado da articulação entre diferentes princípios, evidenciando o caráter heterogêneo e não linear das trajetórias sociais. Conforme destaca Dubet:

> A experiência social forma-se no caso em que a representação clássica da "sociedade" já não é adequada, no caso em que os actores são obrigados a gerir simultaneamente várias lógicas da acção que remetem para diversas lógicas do sistema social, que não é então já "um" sistema, mas a co-presença de sistemas estruturados por princípios autónomos. As combinações de lógicas de acção que organizam a experiência não têm "centro", elas não assentam sobre qualquer lógica única ou fundamental. A experiência social, na medida em que a sua unidade não é dada, gera necessariamente uma actividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância em relação a si mesmos. (DUBET, 1994, p. 94)

Esse excerto evidencia que a experiência social é marcada pela pluralidade de referências e pela necessidade de mediação constante por parte dos sujeitos. Tal perspectiva é particularmente fecunda para a análise das trajetórias escolares em contextos de desigualdade, nos quais os indivíduos precisam articular expectativas institucionais, constrangimentos materiais e processos de construção identitária.

Dubet identifica três lógicas fundamentais que estruturam a experiência social: integração, estratégia e subjetivação. Essas dimensões coexistem de forma não necessariamente coerente, exigindo dos indivíduos um esforço contínuo de articulação. Como destaca o autor, a experiência social se inscreve em "registos múltiplos e não congruentes" (DUBET, 1994, p. 98), evidenciando o caráter tensionado da ação social.

ISSN: 2358-8829

Aplicada ao campo educacional, essa perspectiva permite compreender a escola como espaço de produção de desigualdades e experiências ambivalentes. Ao analisar a instituição escolar, Dubet afirma que "abrindo-se, a escola não é mais 'inocente', nem é mais 'neutra'; está na sua 'natureza' reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares" (DUBET, 2003, p. 35). Tal compreensão evidencia que a escola não apenas reflete desigualdades, mas participa ativamente de sua reprodução e legitimação.

A crítica à meritocracia como princípio exclusivo de justiça educacional também é central nesse debate. Nesse sentido, Dubet destaca:

> Hierarquizando os alunos unicamente em função de seu mérito, espera-se que a igualdade das oportunidades elimine as desigualdades sociais, sexuais, étnicas e outras, que caracterizam todos os indivíduos. Esse tipo de igualdade está no centro da justiça escolar nas sociedades democráticas. (DUBET, 2008, p. 11)

Essa formulação evidencia que a igualdade de oportunidades, ao desconsiderar as desigualdades de origem, tende a legitimar hierarquias escolares e sociais. Tal problemática se intensifica quando articulada à dimensão racial das desigualdades. Conforme aponta Silvio Almeida, o racismo não é um fenômeno episódico, mas estruturante das relações sociais: "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social" (ALMEIDA, 2021, p. 50).

Essa perspectiva permite compreender que as desigualdades educacionais que afetam jovens indígenas não podem ser analisadas apenas em termos socioeconômicos, mas devem ser situadas no interior de uma estrutura social racializada. Nesse sentido, a crítica à meritocracia ganha maior densidade analítica, uma vez que, como destaca Lívia Sant'Anna Vaz, a lógica meritocrática tende a naturalizar desigualdades ao atribuí-las ao desempenho individual, desconsiderando condições estruturais desiguais (VAZ, 2022).

Além disso, a dimensão pedagógica dessas desigualdades pode ser analisada a partir das contribuições de Miguel Arroyo, que evidencia os processos históricos de subalternização presentes nas práticas educativas:

> As vítimas dessas brutais e persistentes pedagogias ao afirmar-se presentes desocultam as pedagogias de inferiorização, subalternização, que pretenderam destruir seus saberes, valores, memórias, culturas, identidades coletivas. (ARROYO, 2014, p. 13)

ISSN: 2358-8829

Tal reflexão permite compreender a escola como espaço atravessado por disputas epistemológicas e culturais, no qual saberes indígenas historicamente foram deslegitimados. Essa dimensão dialoga com a perspectiva freireana de educação, que enfatiza o caráter dialógico e emancipador do processo educativo. Para Paulo Freire, "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos" (FREIRE, 2013, p. 29), o que implica reconhecer os estudantes como sujeitos ativos na produção do conhecimento.

Por fim, a discussão sobre identidade étnica contribui para problematizar as formas de pertencimento e reconhecimento no espaço escolar. Conforme aponta Manuela Carneiro da Cunha, "toda identidade é necessariamente contrastiva" (CUNHA, 2018, p. 44), sendo construída historicamente em relações de diferença e poder. Tal compreensão é fundamental para analisar as experiências de jovens indígenas, cujas trajetórias escolares são atravessadas por processos de afirmação identitária e enfrentamento de estigmas.

Dessa forma, ao articular a sociologia da experiência com os estudos sobre desigualdades educacionais, racismo estrutural, pedagogias críticas e identidade, constrói-se um quadro analítico capaz de compreender a complexidade das trajetórias escolares de jovens indígenas. Essa abordagem evidencia que a escola é simultaneamente espaço de reprodução de desigualdades e de possibilidades de reconhecimento, sendo atravessada por tensões entre mérito, equidade e justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados evidencia que a experiência escolar dos jovens indígenas da comunidade do Amarelão é estruturada por condicionantes sociais, econômicos, territoriais e simbólicos que incidem diretamente sobre suas trajetórias educacionais. Os resultados confirmam a hipótese de que, embora a escolarização seja amplamente valorizada como via de mobilidade social, sua efetivação é tensionada por desigualdades estruturais que limitam o acesso, a permanência e o êxito escolar.

Do ponto de vista socioeconômico, os dados indicam que a totalidade dos estudantes investigados pertence a famílias inseridas em atividades informais, com predominância do beneficiamento da castanha de caju como principal fonte de renda. Observa-se que mais da metade dos estudantes declara participar regularmente de

ISSN: 2358-8829

atividades produtivas ou domésticas, evidenciando a centralidade do trabalho familiar. Esse dado revela que o tempo escolar é constantemente atravessado por demandas econômicas, o que impacta diretamente o desempenho acadêmico e amplia o risco de evasão.

No plano educacional, os resultados mostram que uma parcela expressiva dos estudantes apresenta dificuldades de aprendizagem: mais de 60% relatam dificuldades frequentes em leitura e interpretação de texto, enquanto aproximadamente metade indica limitações em matemática básica. Esses dados evidenciam lacunas formativas acumuladas ao longo da trajetória escolar, associadas às condições desiguais de ensino. Tal cenário confirma que o baixo rendimento escolar não pode ser atribuído exclusivamente ao esforço individual, mas deve ser compreendido como efeito de desigualdades estruturais.

Em relação ao acesso à informação, os dados indicam que cerca de 90% dos estudantes possuem acesso à internet e afirmam conhecer o IFRN. No entanto, apenas uma parcela menor – aproximadamente 40% – manifesta interesse concreto em ingressar na instituição. Esse descompasso evidencia a existência de barreiras simbólicas, uma vez que o conhecimento sobre a instituição não se traduz automaticamente em projeto de futuro.

No que se refere às condições territoriais, aproximadamente metade dos estudantes relata dificuldades com o transporte escolar, incluindo atrasos frequentes e irregularidade do serviço. Além disso, uma parcela significativa percorre longas distâncias diariamente para chegar à escola. Esses fatores impactam diretamente a frequência e a pontualidade, configurando obstáculos concretos à permanência escolar.

A dimensão simbólica também se destaca nos resultados. Cerca de um terço dos estudantes relata já ter vivenciado situações de preconceito ou discriminação relacionadas à sua identidade indígena no ambiente escolar. Esse dado revela que a escola, além de reproduzir desigualdades materiais, também opera como espaço de produção de desigualdades simbólicas, afetando o sentimento de pertencimento e a relação com o processo educativo.

Apesar dessas limitações, os dados mostram que mais de 80% dos estudantes consideram a escolarização fundamental para melhorar suas condições de vida, e a maioria associa o IFRN a oportunidades de mobilidade social, emprego e

ISSN: 2358-8829

reconhecimento. Esse dado evidencia a persistência da escola como referência normativa de ascensão social, mesmo em contextos marcados por vulnerabilidade.

À luz da fundamentação teórica, os resultados indicam que a experiência escolar desses jovens se estrutura pela articulação entre diferentes lógicas de ação. A adesão às normas escolares (integração), a utilização da escola como meio de ascensão social (estratégia) e a produção de sentidos diante das dificuldades vivenciadas (subjetivação) aparecem de forma combinada, porém instável. Os dados empíricos demonstram que essa instabilidade decorre das condições desiguais de existência, que limitam a capacidade dos sujeitos de sustentar trajetórias escolares contínuas e bem-sucedidas.

Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese central da pesquisa: a de que a experiência escolar de jovens indígenas é marcada por tensões entre expectativas de mobilidade social e condições concretas de existência. Ao operar sob o princípio da igualdade formal de oportunidades, a escola tende a desconsiderar essas desigualdades, contribuindo para a produção e legitimação de hierarquias escolares. Nesse sentido, os achados reforçam a necessidade de políticas institucionais voltadas à ampliação das condições de permanência, ao fortalecimento da formação escolar básica e ao reconhecimento das identidades socioculturais, como elementos fundamentais para a construção de uma escola socialmente justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a experiência escolar de jovens indígenas da comunidade do Amarelão é produzida na interseção entre condições estruturais de desigualdade, dinâmicas institucionais e processos de construção de sentido pelos sujeitos. Em consonância com os objetivos propostos, verificou-se que a escolarização é amplamente valorizada como via de mobilidade social, especialmente no que se refere ao acesso ao IFRN. No entanto, essa valorização convive com um conjunto de limitações materiais e simbólicas que dificultam a concretização dessas expectativas.

Os resultados confirmam a hipótese central do estudo ao evidenciar que as trajetórias escolares desses jovens são marcadas por tensões entre expectativas de ascensão social e condições concretas de existência. A baixa renda, a inserção precoce no trabalho familiar, as dificuldades de aprendizagem, as limitações de infraestrutura e as barreiras simbólicas associadas à identidade indígena configuram um conjunto de fatores

que restringem o acesso, a permanência e o êxito escolar. Tais elementos demonstram que a escola, ao operar sob o princípio da igualdade formal de oportunidades, tende a desconsiderar desigualdades de origem, contribuindo para a produção e legitimação de hierarquias escolares.

À luz da sociologia da experiência, observou-se que a experiência escolar desses jovens se estrutura pela articulação entre diferentes lógicas de ação. A lógica da integração manifesta-se na adesão às normas escolares e na valorização da educação; a lógica da estratégia aparece na utilização da escolarização como meio de inserção social; e a lógica da subjetivação se expressa na elaboração de sentidos diante das dificuldades vivenciadas. Contudo, a articulação dessas lógicas ocorre de forma instável, uma vez que as condições estruturais limitam as possibilidades de ação dos sujeitos, produzindo trajetórias marcadas por ambivalência, incerteza e desigualdade.

Como principal contribuição, o estudo evidencia a necessidade de compreender a escolarização não apenas como um percurso institucional, mas como uma experiência social complexa, atravessada por dimensões objetivas e subjetivas. Ao articular empiria e teoria, a pesquisa contribui para o avanço do debate sobre desigualdades educacionais, especialmente no que se refere às especificidades das trajetórias de estudantes indígenas em contextos periféricos.

Do ponto de vista prático, os resultados indicam a necessidade de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à ampliação do acesso à informação, à melhoria das condições de permanência e ao reconhecimento das identidades socioculturais dos estudantes. Isso implica a implementação de ações que considerem a multidimensionalidade das desigualdades, articulando aspectos econômicos, territoriais e simbólicos.

Por fim, como encaminhamento futuro, sugere-se o aprofundamento de investigações que explorem longitudinalmente as trajetórias escolares desses jovens, bem como a análise de políticas públicas voltadas à educação indígena e à equidade educacional. Tais estudos podem contribuir para a construção de estratégias mais eficazes de enfrentamento das desigualdades e para a consolidação de uma escola efetivamente justa, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Experiência Social, Lógicas de Ação, Justiça Escolar, Jovens Indígenas.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Identidade étnica. In: SALLUM JR., Brasilio; SCHWARCZ, Lilia Moritz; VIDAL, Diana; CATANI, Afrânio (org.). **Identidades**. São Paulo: Edusp, 2018. p. 43-48.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

DUBET, François. **A sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

VAZ, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.